

EUA IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NA INTEGRAÇÃO/INCLUSÃO DE ALUNOS ERASMUS EM INSTITUTOS POLITÉCNICOS

**Carla Ravasco [1], Carlos Reis [1], Guilherme Monteiro [1], João Leitão [1],
Regina Gouveia [1]**

[1] Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda

Resumo

O nosso artigo apresenta conclusões parciais de um projeto de investigação orientado para a caracterização e análise do impacto do Programa Erasmus em institutos politécnicos. Comparando realidades institucionais, procuramos identificar similitudes e diferenças, bem como as melhores práticas de integração/inclusão de alunos Erasmus, a nível institucional, académico e, mesmo, nos contextos locais e nacional.

Os dados que apresentamos, obtidos através de inquérito por questionário, realizado em novembro de 2013, a alunos em mobilidade durante o primeiro semestre do ano letivo 2013-2014 nos institutos do Centro e Bragança, permitem constatar a importância da língua, e do domínio linguístico, como fator de integração/inclusão desses estudantes nos contextos de acolhimento.

1. Introdução

Acreditamos que o papel do ensino e, particularmente, do ensino superior constitui uma chave-mestra para a criação de uma sociedade que se pretende plural, onde as diferenças culturais não constituam um óbice à interação social. A própria União Europeia (UE) defende este papel cimeiro do ensino em geral, e do ensino superior em particular. Daí que, em 1980, tenha sido lançado o primeiro programa de ação comunitária, designado como Eurydice, que pretendia facilitar a compreensão dos sistemas e das políticas educativas no seio da Europa, a fim de se constituir como garantia de transparência e dar um impulso no sentido de melhorar as políticas nacionais e europeias nesta matéria. Na prática, o programa Eurydice consistia numa rede europeia de informação sobre os sistemas educativos dos Estados membros, disponível através da internet.

No ano de 1987, foi criado o programa Erasmus, destinado à educação e formação de nível superior, com o objetivo de incentivar a mobilidade de estudantes, não só no espaço da Comunidade Europeia (atual união Europeia), como em todo o Continente Europeu, passando também a apoiar a mobilidade de docentes e pessoal não-docente a partir de 1997. A palavra Erasmus representa, simultaneamente, a abreviatura de European Action Scheme for the Mobility of University Students e a homenagem ao

filósofo, humanista e teólogo do século XVI Desidério Erasmus, mais conhecido por Erasmus de Roterdão, conhecido opositor ao dogmatismo que viveu e trabalhou em diferentes zonas da Europa. Enquadrado desde 2007 no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, da Comissão Europeia, veio a denominar-se Erasmus Mais (Erasmus+).

A importância dos programas de mobilidade é manifesta. De acordo com o último relatório da Comissão Europeia, em 2010/2011, mais de 231 mil alunos receberam bolsas para estudar ou receber formação no estrangeiro durante um período de três a doze meses. Na última década, Portugal recebeu mais de 43.500 estudantes estrangeiros Erasmus¹. Não obstante, um estudo do Parlamento Europeu, de julho de 2010, intitulado *Improving the participation in the Erasmus Programme*, revelou que “em vários países o crescimento em números de participação tem uma estagnação ou mesmo declinou»².

Segundo o mesmo estudo, “desde a sua criação em 1987, o programa Erasmus da UE permitiu que mais de 2,2 milhões de estudantes e 250.000 membros do pessoal universitário se tivessem movido dentro da Europa. Atualmente, mais de 180.000 estudantes estudam e trabalham no estrangeiro em cada ano através do programa Erasmus. Enquanto o número de alunos que participam do programa tem vindo a aumentar constantemente, a taxa de participação é ainda inferior a 4% na maioria dos países.»³.

Paralelamente aos programas de mobilidade discente, e docente, surge a questão da variedade linguística. O multilinguismo tem feito parte da política, legislação e práticas comunitárias desde a época dos tratados de Roma. Daí a importância que antevimos no domínio linguístico como fator de integração/inclusão dos alunos Erasmus, e de aqui pretendermos apresentar alguns dos dados que recolhemos relativamente ao mesmo.

2. Multilinguismo

O primeiro regulamento adotado pelo Conselho da Comunidade Económica Europeia (15 de Abril de 1958) confirmou a igualdade das línguas nacionais oficiais dos Estados-Membros e do seu estatuto como línguas oficiais e de trabalho das instituições europeias. Este foi, indubitavelmente, um passo pioneiro na valorização das línguas e das culturas dos estados membros.

Após o Tratado de Maastricht (1992), a promoção da aprendizagem das línguas e do multilinguismo individual, aliada a uma maior ênfase na diversidade linguística, tornou-se num elemento-chave da política de educação da UE. Se nos anos noventa o apoio comunitário era canalizado para a aprendizagem das línguas oficiais, na primeira década do novo século assistiu-se à introdução de uma política inclusiva que procura promover a aprendizagem de todas as línguas, incluindo as línguas regionais, minoritárias ou migrantes e as línguas internacionais mais importantes. Um aspeto frequentemente negligenciado é o facto de os migrantes constituírem um valioso

¹ http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100624_Erasmus_alcanca_numero_recorde_pt.htm.

² http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/cult/dv/esstudyErasmus/esstudyErasmusen.

³ http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/cult/dv/esstudyErasmus/esstudyErasmusen. Pdf (02/09/2013). Tradução do original: “Since its inception in 1987 the EU’s ERASMUS program has enabled over 2.2 million students and 250,000 members of university staff to be mobile within Europe. Currently, over 180,000 students study and work abroad each year through the ERASMUS scheme. While the number of students who participate in the program has been constantly increasing, the participation rate is still below 4% in most countries. Furthermore, in several countries the growth in participation numbers has stagnated or even declined.».

recurso linguístico. Ao valorizar as línguas migrantes no nosso meio, ajudamos provavelmente a motivar os migrantes para aprenderem a língua da comunidade de acolhimento e, certamente, outras línguas, e permitiremos que se tornem mediadores competentes entre culturas diferentes.

Mais recentemente, destacou-se a decisão adotada pelo Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, no sentido de integrar o “multilinguismo” na pasta de um dos seus comissários, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo multilinguismo na educação, na cultura, na interpretação, na tradução e nas publicações. Nesta esteira, a política do multilinguismo é sobretudo orientada para o benefício dos cidadãos, com base numa plataforma linguística europeia coerente e abrangente. Contribui também para a prosperidade e para o êxito das empresas, desempenhando um papel fundamental no objetivo estratégico da UE que pretende tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo. Um dos pilares desta política foi a adoção, pela Comissão, em 18 de setembro de 2008, da nova estratégia para multilinguismo denominada “Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum”.

O respeito pela diversidade linguística e cultural está consagrado na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, adotada pelos dirigentes da UE em 2000. Trata-se não só das 25 línguas oficiais da União, faladas pelos 500 milhões de cidadãos pertencentes aos 27 Estados-Membros, escritas em três alfabetos, mas também do elevado número de línguas regionais e minoritárias que são faladas por segmentos da população. Existem, aparentemente, cerca de 150 destas línguas, faladas por quase 50 milhões de pessoas, mas o número exato depende da definição do conceito de língua (relativamente ao conceito de dialeto, por exemplo).

São normalmente reconhecidas três categorias de línguas regionais e minoritárias. As línguas específicas a uma região, que se podem encontrar total ou parcialmente no território de um ou mais Estados-Membros; esta categoria abrange línguas como o basco, o bretão, o catalão, o frísio, o sardo e o galês. As línguas que, faladas por uma minoria num determinado Estado, são oficiais num outro país da União. Esta definição abrange, por exemplo, o alemão no Sul da Dinamarca, o francês no Vale de Aosta, no Norte da Itália, e o húngaro na Eslováquia. Por fim, as línguas que não pertencem a um território preciso, como as das comunidades romanicheis ou judias (romanichele iídiche) ou arménio.

A estratégia para o multilinguismo, adotada em Setembro de 2008, exige, portanto, dos europeus uma concertação de esforços, orientada pelos seguintes princípios:

- todos devem ter a oportunidade de comunicar de forma adequada, para poder concretizar o seu potencial e tirar todo o proveito das oportunidades oferecidas por uma UE moderna e inovadora;

- todos devem ter acesso a formação linguística adequada ou a outras maneiras de remover obstáculos linguísticos, para melhor poderem viver, trabalhar e comunicar na UE.

A política de multilinguismo da União é concebida para funcionar no interior e no exterior das suas fronteiras. Internamente, mediante a promoção da aprendizagem de línguas, a coesão social, a integração social dos migrantes, garantindo que as línguas estão ao serviço dos cidadãos; externamente, através da divulgação dos valores europeus de solidariedade e unidade na diversidade. Com efeito, a UE pretende reforçar as competências linguísticas dos cidadãos, até que cada um deles tenha adquirido aptidões práticas em, pelo menos, duas línguas, para além da sua língua

materna. Ambiciona, desta forma, promover e consolidar no espaço Europeu o multilinguismo.

Pelo que já afirmámos, podemos concluir que o conceito de multilinguismo designa, em simultâneo, a capacidade de um cidadão utilizar diversas línguas e a coexistência de comunidades linguísticas diferentes de uma determinada região ou país. A política do multilinguismo da Comissão Europeia tenciona, numa primeira instância, incentivar a aprendizagem de línguas e promover a diversidade linguística na sociedade, de que decorre a promoção de uma economia multilingue sólida. Por último, a política de multilinguismo pretende facultar aos cidadãos o acesso à legislação, aos procedimentos e à informação da UE nas suas próprias línguas.

Numa abordagem matemática aos números relativos às línguas europeias, podemos afirmar que o alemão é a língua materna mais falada na União Europeia, com cerca de 90 milhões de falantes nacionais. O francês é a língua materna de cerca de 60 milhões de cidadãos da União, registando-se o mesmo número de falantes para o inglês e o italiano. Contudo, o inglês é a primeira língua estrangeira de cerca de um terço dos cidadãos da UE, o que a torna a língua mais utilizada na União Europeia, muito à frente do alemão e das outras línguas. Esta mesma língua é utilizada como língua franca nos programas de intercâmbio Erasmus, tanto ao nível de uma primeira socialização, como numa perspectiva académica, na receção e produção de conteúdos científicos.

O posicionamento do inglês como língua franca na União Europeia tem vindo a reforçar-se ao longo dos anos. As estimativas mais recentes, anteriores ao alargamento da União Europeia de 2004, revelam que, comparativamente com a geração anterior, um número cada vez maior de jovens opta pelo inglês como primeira língua estrangeira. Os dados provêm de um inquérito publicado pela Comissão Europeia, segundo o qual 66% dos jovens da União Europeia dos Quinze, na faixa etária dos 15-24 anos, afirmam falar inglês, comparativamente com 53% na faixa etária dos 25-39 anos, 38% dos 40-54 anos e apenas 18% dos cidadãos com mais de 55 anos.

2.1 Línguas e mobilidade

Todos os cidadãos da UE têm o direito de viver, trabalhar e estudar num outro Estado-Membro que não o seu país de origem. Ao criar o maior mercado único do mundo, a União Europeia permite que os seus cidadãos se desloquem para o local onde podem encontrar trabalho ou aprofundar os seus estudos, o que contribui para alcançar o objetivo de tornar a União Europeia na economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo.

O conhecimento de outras línguas europeias é fundamental para uma verdadeira mobilidade no seio da UE. Permite tirar a máxima vantagem das oportunidades de emprego, de estudo e de viagens em todo o Continente e contribui para que as empresas disponham de uma vantagem concorrencial nos mercados internacionais.

Ao viajarmos para outros países, a aprendizagem da língua local não só é fundamental para obter um trabalho, como permite também que os cidadãos entrem em contacto direto com a população local, o que proporciona uma perspetiva cultural completamente nova do que implica ser europeu. As nossas histórias nacionais e os nossos patrimónios culturais podem ser diferentes, mas é nessa diferença que reside a riqueza. O facto de podermos comunicar uns com os outros faz-nos tomar consciência daquilo que temos em comum e, ao mesmo tempo, reforça o nosso respeito mútuo pelas diferenças culturais.

Num contexto de aquisição espontânea, o indivíduo está exposto à língua na escola ou no trabalho, dependendo da faixa etária em que se insere. Nesse ambiente, todos falam uma mesma língua, não havendo diferença entre os falantes dessa língua como sendo a sua língua materna ou como língua estrangeira. Os falantes raramente são corrigidos e, por conseguinte, as suas atitudes face ao erro são mais positivas e tendem a experimentar mais livremente o uso da língua. O número de horas de contacto é grande, se tivermos em conta que grande parte do dia é passado na escola ou no emprego. Durante essas horas, necessitamos de comunicar uma grande parte do tempo, de várias maneiras, através da escrita e/ou oralmente e também com diferentes pessoas que utilizam vocabulário e estruturas que se inserem num grande campo.

Em situação de imersão linguística, os exemplos a seguir, tanto mais que a aquisição tem uma parte de repetição e imitação, são variados, o que constitui um manancial rico de modelos. A exigência da comunicação não permite uma simplificação da língua, nem a escolha seletiva de estruturas porventura mais fáceis. A língua é usada como um todo global e não compartimentada, como a vemos nos sumários das matérias lecionadas nas escolas. Face a esta prolífica exposição, o aprendente vê-se confrontado com a urgente necessidade de responder e de comunicar, facto que se revela motivante e exigente.

Cada língua, seja ela materna, estrangeira ou segunda, tem, para além do seu código ortográfico, sintático e morfológico, um código de natureza cultural, que se revela essencial para a fluência da língua. Este código, mais difícil de proporcionar nas aulas devido aos constrangimentos de tempo e de cumprimento de programas, abarca valores, costumes e práticas, relações sociais que condicionam o uso do outro código que primeiramente referimos. As competências culturais são tão importantes como as linguísticas, em especial dentro do quadro europeu de união e de compreensão entre diferentes povos e culturas.

Com efeito, a cultura não está nada distante da língua. Reportemo-nos à simples escolha que qualquer falante faz em termos de competência comunicativa para interagir com um outro falante. Esta seleção é de natureza cultural e cabe aos professores de língua alertar para a mesma. Se a linguagem é uma forma tão elementar na vida social, como acreditamos que é, a língua, sendo uma manifestação dessa linguagem, é um sistema que ultrapassa um conjunto de regras e de palavras e que é intrínseco a todas as atividades humanas.

Assim, importa compreender quais as circunstâncias que condicionam ou impulsionam os estudantes Erasmus a aprender a Língua Portuguesa e de que forma o pretendem fazer. As instituições de ensino superior deverão adaptar as ofertas de cursos intensivos de línguas, de programas de integração dos alunos que acolhem, a fim de encontrarem estratégias adequadas à inserção dos alunos no novo meio.

3. A importância da Língua na integração/inclusão dos alunos Erasmus

O nosso artigo apresenta resultados parciais de um projeto de investigação, ainda em desenvolvimento, que visa a caracterização e análise do impacto do Programa Erasmus nos politécnicos do Centro, em termos da evolução de mobilidades *incoming* de alunos e das políticas, estratégias e meios que vêm adotando para a sua inclusão a nível institucional, académico e, mesmo, no contexto local e nacional. Potenciar os politécnicos do Centro como entidades de acolhimento, propondo estratégias e meios que os distingam positivamente e que promovam a inclusão formal e informal dos alunos que acolhem, é a meta deste Projeto.

3.1 Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, o estudo descritivo que empreendemos envolve investigação documental, que inclui revisão bibliográfica e recolha de informação estatística, e investigação não documental, a realizar através de inquérito por questionário e entrevistas.

Os resultados que aqui apresentamos foram obtidos através de um inquérito por questionário aos alunos Erasmus em mobilidade durante o primeiro semestre do ano letivo 2013-2014, tendo permitido recolher informação sobre a população de uma forma sistemática e ordenada e num intervalo de tempo relativamente curto. Centramo-nos, tão só, no conhecimento básico da amostra e na análise da importância que a língua terá para os nossos inquiridos, quer na escolha de Portugal como país de acolhimento, quer na sua própria integração/inclusão.

Instrumento

O questionário compõe-se de um conjunto de 49 questões, maioritariamente fechadas (escolha múltipla), diretas e específicas, passíveis de orientarem os inquiridos de todos os politécnicos envolvidos para emitirem respostas válidas sobre factos, perceções e opiniões. O inquérito decorreu através da plataforma <https://docs.google.com/forms>, durante o mês de novembro de 2013. Uma vez que nem todos os politécnicos conseguiram recolher em tempo útil a informação requerida, deverá ainda ser realizada nova inquirição, após alguns ajustes no instrumento.

Caracterização da amostra

O inquérito foi realizado a uma amostra por conveniência ou acidental, dada a facilidade de acesso à população e a motivação dos alunos Erasmus para colaborarem no nosso estudo. Para poderem participar, tinham de estar devidamente inscritos nos institutos considerados e facultar os seus endereços eletrónicos, uma vez que o inquérito foi realizado via *email* (Google Drive).

Durante o período de recolha, foram recebidos 186 questionários preenchidos, maioritariamente (60,8%) pertencentes a estudantes do género feminino.

Tabela 1 – **Caracterização da amostra quanto ao género**

Género	Frequência	Porcentagem
Missing values	6	3,2
Feminino	113	60,8
Masculino	67	36
Total	186	100

Os 186 inquiridos distribuem-se pelos diversos politécnicos, sendo que os de Leiria e Bragança são os mais representados. Ao inverso, os institutos de Tomar, Portalegre e Coimbra são os que apresentam uma menor adesão, com um, três e cinco estudantes a responderem ao questionário. Por razões técnicas, não foi possível recolher em tempo útil a informação desejada nestas três instituições, pelo que os dados disponíveis não são de igual forma representativos das mesmas.

Tabela 2 – Caracterização da amostra quanto à instituição de acolhimento

Instituto	Frequência	Percentagem
Missing Values	6	3,2
Instituto Politécnico da Guarda	24	12,9
Instituto Politécnico de Bragança	49	26,3
Instituto Politécnico de Castelo Branco	24	12,9
Instituto Politécnico de Coimbra	5	2,7
Instituto Politécnico de Leiria	57	30,6
Instituto Politécnico de Portalegre	3	1,6
Instituto Politécnico de Santarém	17	9,1
Instituto Politécnico de Tomar	1	0,5
Total	186	100

As origens dos estudantes que responderam ao nosso questionário abrangem 23 países diferentes. De um modo evidente, são os estudantes espanhóis que mais optam por mobilidades em Portugal, certamente devido à proximidade geográfica e não só, seguidos de alunos polacos e turcos. De facto, há países cuja representatividade é muito diminuta: Sérvia, Reino Unido, Luxemburgo, Letónia, Hungria, Finlândia, Estónia e Croácia. Nestes casos, apenas um aluno de cada um dos países terá decidido realizar o seu programa de mobilidade no nosso país e nos politécnicos em estudo.

Tabela 3 – Caracterização da amostra quanto ao país de origem

País de origem	Frequência	Percentagem
Missing Values	7	3,8
Alemanha	4	2,2
Brasil	8	4,3
Croácia	1	0,5
Eslováquia	3	1,6
Eslovénia	3	1,6
Espanha	53	28,5
Estónia	1	0,5
Finlândia	1	0,5
França	2	1,1
Grécia	3	1,6
Holanda	2	1,1
Hungria	1	0,5
Itália	6	3,2
Letónia	1	0,5
Lituânia	9	4,8
Luxemburgo	1	0,5

México	3	1,6
Polónia	35	18,8
Reino Unido	1	0,5
República Checa	10	5,4
Roménia	7	3,8
Sérvia	1	0,5
Turquia	23	12,4
Total	186	100

3.2 Análise de resultados

Os motivos que levam os alunos estrangeiros a escolherem Portugal para realizar as suas mobilidades Erasmus podem ser de vária ordem. Algum conhecimento prévio sobre o nosso país afigurava-se à partida como um fator provável, o que veio a ser confirmado através das respostas afirmativas de 129 estudantes (69,4%). Ainda assim, 48 inquiridos (25,8%) assumem que não possuíam antecipadamente qualquer informação sobre o nosso país.

Tabela 4 - **Já tinha informação prévia sobre Portugal?**

	Frequência	Percentagem
Missing values	9	4,8
Não	48	25,8
Sim	129	69,4
Total	186	100,0

Dos 129 alunos que afirmam ter informação prévia sobre Portugal, 64 (34,4%) reconhecem que essa informação era importante e 34 (18,3%) muito importante; 52 inquiridos (28%) consideram-na de importância relativa e dois (7%) de pouca importância.

Tabela 5 - **Como avalia a importância dessa informação?**

	Frequência	Percentagem
Missing Values	21	11,3
1 (Pouco importante)	2	1,1
2	13	7
3	52	28
4	64	34,4
5 (Muito importante)	34	18,3
Total	186	100

Quanto ao conhecimento da língua de acolhimento, a grande maioria dos alunos

diz não saber falar português (120), havendo 57 a afirmar que sabe português. Repare-se que a nossa questão não requeria a especificação de qualquer nível de domínio linguístico oral, pelo que será certo que as respostas negativas indicarão incapacidade total ou quase total.

Tabela 6 - Fala português?

	Frequência	Percentagem
Missing values	9	4,8
Não	120	64,5
Sim	57	30,6
Total	186	100,0

A proximidade geográfica e cultural pode ser um dos fatores que explicam o número de inquiridos de origem espanhola que afirmam saber português (27). No entanto, esta mesma razão não justifica o número de respostas negativas (25) de alunos também vindos de Espanha à mesma pergunta. Ainda assim, é inquestionável que o maior número de inquiridos que afirma saber português é de origem espanhola. Seguem-se resultados numericamente semelhantes relativamente a alunos de origem alemã, mexicana ou polaca (com 3 alunos de cada grupo a afirmarem que sabem falar português). Relativamente a alguns países, como a Croácia, a Estónia e a França, todos os respondentes, ainda que um ou poucos por cada país, saberiam falar a língua de Camões. Por outro lado, de países como a Eslováquia, a Eslovénia e a Grécia, nenhum dos inquiridos seria capaz de a falar.

Tabela 7 - País de origem & Fala português?

País de origem	Fala português			
	Missing values	Não	Sim	Total
Missing values	6	0	1	7
Alemanha	0	1	3	4
Brasil	0	0	8	8
Croácia	0	0	1	1
Eslováquia	0	3	0	3
Eslovénia	0	3	0	3
Espanha	1	25	27	53
Estónia	0	0	1	1
Finlândia	0	1	0	1
França	0	0	2	2
Grécia	0	3	0	3
Holanda	0	2	0	2
Hungria	0	1	0	1
Itália	0	4	2	6
Letónia	0	1	0	1
Lituânia	0	8	1	9

Luxemburgo	0	0	1	1
México	0	0	3	3
Polónia	1	31	3	35
Reino Unido	0	0	1	1
República Checa	0	9	1	10
Roménia	0	6	1	7
Sérvia	0	0	1	1
Turquia	1	22	0	23
Total	9	120	57	186

Fazendo uma análise por área de estudos, podemos afirmar que os alunos das áreas de Economia e Gestão e de Tecnologias são aqueles que mais afirmam saber falar português (na área da Economia e Gestão, 12 alunos respondem afirmativamente e, na área das Tecnologias, 11 têm respostas no mesmo sentido). A área das Humanidades e do Trabalho Administrativo é aquela que regista um número inferior de respostas afirmativas, quando o expectável seria no sentido inverso.

Tabela 8 - Área de Estudos & Fala português?

Área de estudos	Fala português			
	Missing values	Não	Sim	Total
Missing values	8	1	1	10
Área de Saúde	0	16	4	20
Área de Tecnologias	0	27	11	38
Áreas de Agricultura e Recursos Naturais	1	8	5	14
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	0	14	6	20
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	0	11	9	20
Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços	0	7	3	10
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	0	22	12	34
Áreas de Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	0	12	3	15
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	0	2	3	5
Total	9	120	57	186

Apesar do desconhecimento em relação à língua oficial do país em que vão viver, ainda que temporariamente, 21 dos inquiridos (11,3%) responde não ter intenções de aprender a falar a língua de Portugal. No mesmo sentido, constataram Aguiar e Bizarro (2013: 3527-3531) que os alunos acolhidos em Portugal “nem sempre veem na aprendizagem da Língua Portuguesa uma prioridade absoluta e recorrem ao Inglês como língua de comunicação privilegiada (...), dado o facto de ser uma língua franca utilizada por todos e de fácil compreensão». Ainda assim, 153 alunos (82,3%) tencionam vir a aprender português.

Tabela 9 - Vai aprender a falar português?

	Frequência	Porcentagem
Missing values	12	6,5
Não	21	11,3
Sim	153	82,3
Total	186	100,0

Os estudantes das áreas de Economia e Gestão e de Tecnologias são os que demonstram ter mais vontade em aprender a falar português. Dos 34 alunos da primeira área atrás referida, 31 respondem que vão aprender a língua do nosso país e, dos 38 alunos da segunda (Tecnologias), 31 afirmam a mesma intenção.

Tabela 10 - Área de Estudos & Vai aprender a falar português?

Área de estudos	Vai aprender português			
	Missing values	Não	Sim	Total
Missing values	8	1	1	10
Área de Saúde	0	2	18	20
Área de Tecnologias	0	7	31	38
Áreas de Agricultura e Recursos Naturais	1	0	13	14
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	1	3	16	20
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	1	2	17	20
Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços	0	2	8	10
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	1	2	31	34
Áreas de Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	0	2	13	15
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	0	0	5	5
Total	12	21	153	186

A pergunta que deveria permitir perceber as razões da intenção de aprender a falar português não foi corretamente interpretada, tendo sido também respondida pelos que não haviam afirmado tal propósito. Ainda assim, referimos, a título meramente indicativo, que o desejo expresso de aprender a falar português poderá estar sobretudo relacionado com questões de conhecimento ou cultura geral, hipótese assinalada por mais de 60% dos respondentes. Em termos de vantagens para os negócios, em que se podem incluir as relacionadas com futuro emprego e carreira profissional, apenas cerca de 11% consideram que o português deve ser aprendido por essa razão.

Tabela 11 - Se respondeu sim, porque quer aprender a falar português?

	Frequência	Porcentagem
Missing values	33	17,7
Conhecimento	112	60,2

Curiosidade	16	8,6
Negócios	21	11,3
Outra	3	1,6
Todas	1	0,5
Total	186	100

O fator “Língua” parece ter influenciado a escolha do país de acolhimento por parte dos inquiridos que estudam nas áreas de Tecnologias, Educação ou Economia e Gestão, uma vez que é considerado por um número significativo dos respetivos alunos como importante ou mesmo muito importante. No polo inverso, com a classificação de pouco importante, podemos verificar que há um total de 21 respostas (num total de 173), indiciando que o fator linguístico, relacionado com a língua oficial de Portugal, não terá tido peso na tomada de decisão quanto ao país de acolhimento.

Tabela 12- Área de Estudos & Qual a importância da língua portuguesa para a escolha do programa Erasmus?

Área de estudos	Importância da língua portuguesa					Total
	1	2	3	4	5	
Missing values	0	2	0	0	0	2
Área de Saúde	4	3	5	5	3	20
Área de Tecnologias	5	8	9	7	8	37
Áreas de Agricultura e Recursos Naturais	1	2	3	5	2	13
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	3	2	7	4	3	19
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	2	1	5	6	6	20
Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços	2	2	4	2	0	10
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	4	5	13	7	4	33
Áreas de Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	0	5	4	2	4	15
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	0	1	1	0	2	4
Total	21	31	51	38	32	173

Escala: 1 = Pouco importante 5 = Muito importante

4. Conclusões

Da análise dos dados, constatámos que uma parte muito significativa dos alunos Erasmus (120 em 186) não fala a língua portuguesa. Além, obviamente, dos brasileiros, é no grupo proveniente do país vizinho que há mais falantes do português, havendo a destacar o domínio desta língua por parte de estudantes vindos de países muito distantes aquando da realização do inquérito por questionário. Tendo em conta o facto de a inquirição ter acontecido durante o mês de novembro, poderá ter também resultado, pelo menos em parte, da aprendizagem no contexto das instituições de acolhimento.

De qualquer modo, depreendemos ser necessário que os diferentes politécnicos proporcionem cursos de língua e cultura portuguesa num período que anteceda o início das aulas e durante o período letivo, e, sobretudo, que incentivem eficazmente para a sua frequência, uma vez que, não obstante o inglês se afirmar como língua franca universal, não deixa de ser importante promover o multilinguismo cultural. Aliás, este foi um dos desideratos que justificou a criação dos programas de incentivo à mobilidade de estudantes, como o Erasmus.

Surpreendentemente, foi de Economia e Gestão e de Tecnologias que mais alunos manifestaram a intenção de aprender a língua portuguesa (153 em 186), e não de áreas expectáveis como Humanidades, Secretariado e Tradução. É provável que muitos dos que estavam predispostos para tal aprendizagem pensassem numa carreira internacional nos países de língua portuguesa, nomeadamente nos PALOP'S e no Brasil, tanto mais que houve 26 alunos a afirmarem a intenção de aprenderem português por razões ligadas a negócios.

O interesse pela aprendizagem da língua portuguesa, e o facto de a grande maioria dos nossos inquiridos ter reconhecido a importância da mesma na escolha do programa de mobilidade que realizavam em Portugal, indicia a sua importância na integração/inclusão dos alunos Erasmus em Politécnicos.

Referências Bibliográficas

Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Concelho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Porto. Edições Asa.

Costa, António Firmino da & Lopes, João Teixeira (coord.) (2008). *Os Estudantes e os seus Trajetos no Ensino Superior: Sucesso e Insucesso, Fatores e Processos, Promoção de Boas Práticas (Relatório Final)*. Lisboa. ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

Leite, Carlinda *et al* (2009). *O trabalho pedagógico no ensino superior. Um olhar a partir do prémio excelência E-learning da Universidade do Porto*. *EDUCAÇÃO, SOCIEDADE & CULTURAS*, 28, 71-91.

Fischer, Glória (2004). *Políticas Linguísticas numa Europa Multilingue e Multicultural*. Ministério da Educação, Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Lisboa.

Friedman, T. L. (2009). *O Mundo é Plano: uma história breve do século XXI*. Lisboa. Actual Editora.

Gass, Susan M. e Larry Selinker (2008). *Second Language Acquisition – an Introductory Course*. New York. Routledge. Lightbown. In Patsy e Nina Spada (1999). *How Languages are Learned*. Oxford. OUP.

Sanches, I. e Teodoro, A. (2006). *Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos*. *REVISTA LUSÓFONA DE EDUCAÇÃO*, 8, 63-83.

Wagner, N., Hassanein, K., & Head, M. (2008). Who is responsible for E-Learning Success in Higher Education? A Stakeholders' Analysis. *EDUCATIONAL TECHNOLOGY & SOCIETY*, 11 (3), 26-36.

Vicente, P. (2012). *Estudos de Mercado e de Opinião*. Lisboa. Sílabo.

Webgrafia

http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/key_data_series/134en.pdf, acedido em maio e junho de 2014.

2014.<http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/007e69770f/Multilinguismo.html>, acedido em maio e junho de 2014.

<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/ligacoes/sitios-de-interesse1/politica-da-lingua/as-linguas-na-uniao-europeia>, acedido em maio e junho de 2014.

http://eacea.ec.europa.eu/erasmusmundus/programme/documents/2012/em_programmeguide_dec2011_pt_new.pdf, acedido em junho de 2013.